O JUDICIÁRIO

JORNAL MENSAL DA ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS CATARINENSES • ANO III - Nº 33 - JANEIRO DE 2009 • WWW.AMC.ORG.BR

Perfil: desembargador Salim Schead dos Santos e seu dicionário particular de filosofia

Páginas 6 e 7

No mês de sua aposentadoria, Alcides dos Santos Aguiar relembra atuação profissional

Página 4

Inauguração de nova sede reúne magistratura de SC

Valdir Júnior

O novo salão da sede social tem capacidade para 500 pessoas sentadas, pista de dança, palcos, camarins, cozinha industrial e banheiros

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor de Aragão, inaugurou, na noite do dia 19 de dezembro, a nova sede social da magistratura catarinense. A obra foi construída nas dependências da sede balneária da entidade, em Cachoeira do Bom Jesus. Mais de 200 pessoas prestigiaram o ato, que marcou o início da temporada de verão 2008/2009. "Essa não é uma obra do Aragão ou da atual diretoria, mas sim de todos os magistrados catarinenses", enfatizou o presidente.

No discurso, ainda declarou que há muito se ouvia comentários de que o antigo espaço não mais atendia as necessidades dos associados. "A partir de então passamos a sonhar e a sonhar grande. Muitos eventos deixaram de ser realizados para que pudéssemos concluir o projeto".

Páginas 12 e 13

HOMENAGEM

Juízes do estado são titulados em cerimônias

Página 5

ENCONTRO

Jantar da AMC encerra atividade de 2008

Páginas 8 e 9

EDUCAÇÃO

Esmesc oferece sessão especial aos alunos

Página 10

CIDADANIA

Vítimas da enchente em SC recebem doação

Página 14

O Amigo da Natureza

RoyalPack

GreenPack

BIODEGRADÁVEL

Editorial

Retaliação

Alguns parlamentares do Congresso nacional, de "cerebração rudimentar ", na expressão da jornalista Dora Kramer, ante o desgaste do Legislativo, não propondo ou votando leis complementares exigidas pelo texto constitucional, resolveram retaliar o poder Judiciário e o seu ativismo.

Para tanto, lançaram mão de projetos que, inicialmente, pretendem determinar tempo de julgamento em processos de crimes eleitorais (como se o Judiciário pudesse determinar ao Legislativo, o tempo de proposição, discussão e aprovação de projetos), e "vendetta" maior, pretendendo riscar a vitaliciedade dos ministros do STF do texto constitucional.Nesta última sugestão, enfatizam que os futuros integrantes da Corte venham a ser escolhidos em listas, preparadas pelo Legislativo, com a participação de outras entidades, sendo afinal nomeados pelo presidente da República, com mandato de 11 anos.

O Judiciário não extrapolou de suas atribuições constitucionais, porque agiu no vácuo criado pela omissão do Congresso nacional, que abdicou de sua competência legislativa,forçando a provocação de pronunciamentos judiciais para suprir as lacunas. O próprio Legislativo bate às portas do Supremo para dirimir os seus conflitos internos, como no caso da deliberação da emenda constitucional que aumentou o número de vereadores.

Essa maquinação de alguns parlamentares, sob a inspiração inicial do deputado Flávio Dino (PC do B - MA), tem o apoio explícito do presidente do Conselho Federal da OAB, Cezar Brito (e de outros esquemas "a latere"), e visa, inicialmente, acabar com a vitaliciedade no STF, para, numa extensão futura, eliminá-la de toda a magistratura nacional, e, até com outras prerrogativas da Instituição. O mandato fixo para os ministros do STF e o envolvimento do Legislativo no processo de escolha dos futuros integrantes da mais alta Corte de justiça do País poderão "escancarar as portas à politização do Judiciário" (*O Estado de São Paulo*, edição de 07 de janeiro).

A inscrição constitucional da vitaliciedade não é um privilégio ou prerrogativa pessoal dos magistrados, mas condição para o exercício livre e independente da função judicante, espécie de segurança que o Estado dá ao jurisdicionado, pois o titular do cargo somente poderá ser afastado por vontade própria, por sentença judicial, aposentadoria compulsória ou disponibilidade.

A eliminação da vitaliciedade da magistratura não foi cogitada nem pelo Regime Militar autoritário de 64/85, que casou ministros do Supremo por pretenso motivo ideológico, mas deixou intocadas as garantias constitucionais da magistratura nacional.

Cartas

imprensa@amc.org.br

A Associação dos Magistrados Catarinenses, entidade que congrega desembargadores e juízes de Santa Catarina, em face da nota de autoria de Irineu Roque Sberse, veiculada no jornal Diário Catarinense, no mês de dezembro, sobre a prisão de magistrados do Estado do Espírito Santo, vem a público prestar alguns esclarecimentos relevantes.

Em primeiro lugar, salvo na hipótese de flagrante delito, a prisão de qualquer cidadão somente pode ser determinada por autoridade judiciária competente, ou seja, por um magistrado, como efetivamente ocorreu no recente episódio envolvendo eventuais irregularidades cometidas naquele Estado da federação. Com efeito, as prisões e outras medidas cumpridas pela Polícia Federal, foram ordenadas pela Ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça.

Em segundo lugar, as investigações realizadas pela Polícia Federal foram todas precedidas de requerimento do delegado de polícia responsável e devidamente autorizadas pela Ministra Laurita Vaz, do Superior Tribunal de Justiça, como a busca e apreensão de documentos e interceptação de conversas telefônicas ou dados telemáticos, fato que bem demonstra o comprometimento dos órgãos do Poder Judiciário com a apuração de eventuais desvios que possam envolver determinados membros da magistratura brasileira. Por isso, em cumprimento à sua função institucional, compete aos órgãos do Poder Judiciário a apuração de crimes que possam envolver seus membros.

• Juiz José Agenor de Aragão, presidente da AMC | Juiz Leandro Passig Mendes, diretor do Departamento de Defesa e Valorização do Magistrado

Cumprimentando-o cordialmente, acuso o recebimento do exemplar do jornal *O Judiciário*, parabenizando-o pela excelência do material apresentado. Na oportunidade, cumpre-me destacar a instalação das novas varas e inauguração do Fórum, que irão desafogar o trâmite de processos judiciais em comarcas catarinenses. Sempre à disposição apresento os meus protestos de estima e consideração.

• Renato Hinnig, deputado estadual

Memória

Arquivo Pessoal

Nos anos 80, quando o Pleno do TJ/SC funcionava no 10º andar do Palácio da Justiça, da esquerda para a direita, a desembargadora Tereza Tang, Ticho Brahe Fernandes Neto e Mauro Collaço

AMC Associação dos Magistrados Catarinenses

Rua dos Bambus, 116 - Itacorubi,
Florianópolis/SC. CEP: 88034-570
Telefone: (48) 3231 3006
www.amc.org.br | imprensa@amc.org.br

Diretoria Executiva
Pres. Juiz José Agenor de Aragão,
1º vice-pres. Des. Solon d'Eça Neves
2º vice-pres. Juiz Paulo Marcos de Farias (licenciado)

Sec. Geral Juiz Luís Fco. Delpizzo Miranda
1º sec. Juiz Marcelo Volpato de Souza

Tesoureiro Des. Solon d'Eça Neves
1º Tes. Juiz Laudenir Fernando Petroncini

O JUDICIÁRIO

Ano III, nº 33 - janeiro/2009
Tiragem: 3 mil exemplares
Impressão: Gráfica Rio Sul
Distribuição Gratuita

Coordenação Editorial
Desembargador Carlos Alberto Silveira Lenzi

Jornalista responsável
Fabrício Severino/ SC01061-JP

Produção e Edição
Fabrício Severino, Amanda Mariano e Jade M. Lenhart

Colaboração
Assessoria de imprensa do TJ/SC, AMB e Conjur

Projeto gráfico
Amanda Mariano

Diagramação
Amanda Mariano

“Gravidez masculina”

FRANCISCO CÉSAR PINHEIRO RODRIGUES•

Através de um site da internet, “Praça Virtual”, fiquei sabendo que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou o Projeto de Lei n. 3.829/97 que, segundo a informação, “proíbe a dispensa arbitrária ou sem justa causa do trabalhador cuja esposa ou companheira esteja grávida, durante o período de 12 meses”.

Diz a pérola legal, ainda em formação na ostra legislativa, que “essas regras não serão aplicadas para o trabalhador contratado por tempo determinado, que poderá ser dispensado se o prazo de seu contrato terminar antes que se complete o período de 12 meses”. O projeto segue para apreciação do Senado.

A proposição é mais um comprovação da visão excessivamente imediatista do legislador, nem um pouco preocupado com as conseqüências — mesmo não tão remotas — das leis que elaboram. No caso, cabe até se perguntar se o intuito da proposta é apenas agradar futuros eleitores — mesmo sabendo o parlamentar que, a médio prazo, propõe algo prejudicial aos próprios trabalhadores —, ou se a idéia é mesmo fruto involuntário de curta visão do futuro.

A função legislativa é — se realmente encarada com seriedade — uma das mais difíceis atividades do Estado. Difícil porque implica em tentar enxergar o “bem mais distante”, o futuro, algo sempre envolto nas névoas do imprevisível comportamento do bicho homem. Alguém já disse que a expressão “Ciências Humanas” implica em contradição de termos, porque o homem é essencialmente irracional, ilógico, imprevisível. E a Ciência implica total racionalidade e previsibilidade, algo acima das possibilidades emocionais humanas.

Um simples escorregão verbal, gesto ou forma de olhar — num debate televisivo de candidatos presidenciais — pode decidir uma eleição em que os candidatos estão praticamente empatados. Uma mera “gaguejada” pode acarretar tremendas conseqüências — até mesmo mundiais — conforme o candidato escolhido e o país a que pertence. Na verdade, paradoxalmente, o legislador, se atentarmos para sua especialíssima função, precisaria ser mais arguto que o juiz, em termos de capacidade de previsão.

O magistrado, de modo geral, só se preocupa com o passado. Julga fatos, conflitos já ocorridos. Todas as “provas” dos autos têm essa natureza. Sua capacidade natural de previsão, como ser humano, é pouco convocada. Se não reagir, se não for um tanto especulativo, “adivinhador”, pode até ajudar a “enferrujar” seus dons naturais. Embora, hoje e cada vez mais — felizmente —, tenha percebido que já não dá mais para se ater apenas ao passado e ao presente. O futuro das partes é muito importante.

Uma “súmula vinculante”, por exemplo, pode ser redigida pensando “no futuro”, isto é, no “enxugamento” das cortes, aliviadas de demandas repetitivas. E quando, na justiça americana, vemos indenizações pesadíssimas impostas em favor do consumidor, a explicação lógica para o suposto “exagero” está na consideração prática, corretíssima, de que se o fabricante, ou comerciante, não sentir “no bolso” as conseqüências de suas irresponsabilidades, não tomará nenhuma providência para evitar novos prejuízos aos consumidores. Preferirá discutir longamente, judicialmente, as pequenas condenações. Sairá mais barato discutir e finalmente pagar — após anos de “esticamento” da demanda judicial — do que corrigir a falha em discussão. Bancos, por exemplo, que contratam um mínimo de funcionários na função de caixa, preferirão pagar indenizações mínimas, embora repetidas, a quem reclama pelo tempo de espera na fila de atendimento do que contratar novos funcionários. A falta dessa visão preventiva da maioria de nossos juízes — que aplicam condenações muito leves nos casos de abuso contra o consumidor — explicam o progressivo congestionamento de nossos tribunais de pequenas causas. Fossem as condenações mais pesadas, o comerciante ou industrial zelaria mais para não prejudicar os consumidores. Sempre, sempre, sempre, prevalece o cálculo econômico, custo/benefício, naqueles que demandam ou são demandados na justiça — embora aleguem razões outras, elegantes, jurídicas —, queiram ou não os processualistas.

O Projeto de Lei 3.829/97 foi apresentado em 1997, mas dormitava na Câmara porque não havia clima ou motivação para rápida tramitação. Agora, com a ameaça, até mesmo mundial, de grandes demissões, ressurgiu o interesse de combater o desemprego. Só que, pelo visto, é uma medida contraproducente, a médio e longo prazo.

O PL em exame trará muitas má-conseqüências: Imenso estímulo à gravidez de esposas, companheiras e simples namoradas de trabalhadores contratados por tempo indeterminado. O trabalhador que pensa na possibilidade — sempre verdadeira — de perder o emprego solicitará até à sua garota, mera namorada, que concorde em engravidar. O Estado não terá condições se saber se a grávida era ou não, realmente, uma “companheira”, situação fugidia, incerta, pois não existe um registro obrigatório do concubinato. A namorada, por sua vez, para não perder o namorado tenderá a concordar com o pedido. Um filho é sempre um forte vínculo capaz de prender um homem, embora nem sempre...

Entretanto, a médio e longo prazo não convém — nem ao Brasil nem aos demais países em desenvolvimento — elevar bruscamente, em milhões, o número de crianças em lares com baixo padrão de vida. Máquinas, robôs e computadores cada vez mais substituem a mão de obra. E quanto mais gente, mais poluição, consumo de água e eventual nível de violência. Considerando-se o modesto ganho médio do trabalhador brasileiro, não convém, nem a ele — e muito menos ao “filho-seguro-desemprego”, criado com evidentes desvantagens em um mundo competitivo — nem à sociedade, aumentar fortemente a prole nas famílias já com escassos recursos em termos de educação e saúde. Em suma: o “boom” de natalidade no Brasil, fruto do simples medo — não porque realmente o casal quer, conscientemente, ter mais filhos —, será uma péssima política. Aumentará a despesa governamental com bolsas-famílias e assistência à saúde, área em que o governo ainda deixa muito a desejar.

Outra conseqüência do referido PL está no previsível pavor dos patrões de contratar trabalhadores por tempo indeterminado. Os operários serão contratados por alguns meses, menos de um ano, justamente para escapar ao perigo de não poder dispensá-los, caso se tornem desnecessários. A multa prevista no PL é de 18 meses do salário recebido. E nada impede que a mulher do trabalhador tenha filhos sucessivamente, todo ano, como forma de “garantir” o trabalho do marido. Uma espécie de “seguro uterino”. Isso, sem considerar que a própria mãe trabalhadora já tem, hoje, cinco meses para só cuidar do filho recém-nascido. Os empregadores — também geralmente afetados pela crise —, pensarão que se já lhes é lesivo demais manter salários de empregadas sem trabalhar a carga financeira será acrescida com a impossibilidade de dispensar os homens desnecessários. Novo estímulo à não-contratação e informalidade, com diminuição da arrecadação do INSS.

Melhor seria se o empenho do governo em evitar sofrimento à classe trabalhadora — ante a perspectiva do desemprego — tivesse outro “modus operandi”. Uma fórmula que não prejudicasse a classe patronal; a própria classe trabalhadora (cada vez com menos contratações) e a imensa criançada lançada ao mundo com baixa perspectiva de padrão de vida. Bebês concebidos com um objetivo no fundo escuso, interesseiro — garantir um emprego.

Quando tais crianças crescerem e um dia travarem uma discussão esquentada com o pai, alegando que este nunca lhes demonstrou genuína afeição, poderão ouvir: “Nunca gostei, mesmo... Você foi concebido apenas porque eu temia perder meu emprego Você não é fruto do amor”.

Haverá, certamente, modos mais dignos de proteger o trabalhador brasileiro.

• Desembargador aposentado Tribunal de Justiça de SP

Des. analisa trajetória na magistratura

No mês de sua aposentadoria, Alcides dos Santos Aguiar relembra passos e desafios da carreira que orientou sua vida

A partir do dia 16 de janeiro deste ano, o Poder Judiciário catarinense deixará de contar com um de seus mais proeminentes quadros. Nesta data, o desembargador Alcides dos Santos Aguiar, atual 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), passará à inatividade, por força da aposentadoria compulsória, situação com a qual ele próprio não concorda. "Não tem lógica e malfere o bom senso considerar-se inapto o servidor aos 70 anos, no gozo de plena saúde", pontua. Nesta entrevista ao jornal O Judiciário*, o magistrado relembra momentos marcantes de sua carreira e, ainda, esclarece a polêmica que tomou conta do concurso de notários e registradores de Santa Catarina. Confira:*

***O Judiciário* - O senhor deixa a magistratura no dia 16 de janeiro, quando será alcançado pela aposentadoria compulsória. Tramita no Congresso Nacional uma proposta de emenda constitucional que eleva para 75 anos a idade limite para aposentadoria no serviço público. O senhor é a favor dessa ampliação? Por quê?**

AA - Sim. Aos 16 de janeiro de 2009 completo 70 anos e, por imperativo constitucional, encerro as atividades públicas que iniciei em 1958, ao ser convocado pelo Exército Nacional. A PEC nº 457, em tramitação no Congresso Nacional, eleva para 75 anos a idade para fins de aposentadoria compulsória no serviço público. Sou a favor desse projeto. Incontáveis têm sido as perdas ou os vazios deixados nas várias áreas da vida pública – com destaque para as Universidades e Poder Judiciário, sobretudo – com a saída de professores, pesquisadores e magistrados de seus cargos, ainda em plena higidez física e mental. Os exemplos se sucedem diariamente, relegando-se ao ostracismo da aposentadoria centenas de profissionais do maior gabarito, no auge de sua experiência e sabedoria de vida. É um contra-senso tanto desperdício de material humano, ávido por continuar dedicando o melhor de si em pró da coletividade. O custo-benefício com a aposentadoria compulsória aos 70 anos é de todo evidente, pois com a aposentadoria o dispêndio com o erário resulta duplicado pela necessidade de outro servidor ocupar o lugar do aposentado. Não tem lógica e malfere o bom senso considerar-se inapto o servidor aos 70 anos, no gozo de plena saúde, quando a expectativa de vida do brasileiro nas regiões mais desenvolvidas se aproxima dos 80 anos.

***OJ* - Qual o balanço do senhor para todos esses anos dedicados ao exercício da jurisdição e ao Poder Judiciário? Quais as alegrias e decepções?**

AA - A gratificação maior ao longo desses anos como magistrado foi a de tentar ou conseguir propiciar harmonia e paz entre os jurisdicionados. Sumamente positivo foi trabalhar ao lado dos serventuários da justiça, dos servidores do Tribunal de Justiça e muito particularmente dos meus assessores de gabinete.

Em um segundo plano, diria que a carreira de magistrado obriga-o a residir em várias comarcas do Estado, e, em conseqüência, a conhecer pessoas das mais variadas etnias e hábitos. Santa Catarina é rica sob esse aspecto.

No limiar da judicatura a dificuldade maior residiu nas péssimas estradas e nos precários serviços de comunicação. Carro quebrado e rebocado ou puxado com corda; correntes nas rodas, eram uma constante. Telefone, em algumas comarcas, só na agência dos Correios e Telégrafos. As intimações ocorriam para os advogados de fora, em algumas comarcas, através de radiograma entre os Juízos. Os magistrados pouco se conheciam. Afora a Corregedoria, que sempre procurou exercer seu elevado mister, no mais o Tribunal de Justiça achava-se, por tais fatores, bem distante dos magistrados. Só o encontro anual, em Florianópolis, propiciava, àqueles mais próximos da Capital, essa integração. Mas como alguma vantagem deve ser tirada até da desvantagem, não tínhamos os graves acidentes que hoje assistimos amedrontados nas estradas de Santa Catarina, só suplantados pelas que ocorrem no Estado de Minas Gerais.

Devo registrar, ainda, que as reiteradas mudanças de Comarca causavam transtornos aos filhos, mas ao final acabavam se adaptando e choravam quando precisavam mudar de cidade e de colégio. Lembro-me, ainda, da falta ou ausência quase completa de médicos. Na minha primeira Comarca não havia médico, e, quando nasceu nosso segundo filho, por pouco tal não ocorreu em plena viagem que demorou 2 dias, em "volkswagen", através da serra do Trombudo (não existia a 470). Enfim, conquanto hoje tudo tenha melhorado, o juiz continua sendo um eterno peregrino.

Divulgação TJ/SC

Para ele, aposentadoria compulsória aos 70 anos é um contra-senso

Como fator negativo no exercício da judicatura destaco o lidar com leis ultrapassadas e malfeitas, "Leis malfeitas criam litigantes". Como ao Juiz cumpre interpretar a lei e dar-lhe efetividade, é doloroso, por vezes, aplicar textos legais distantes da realidade ("o jurista não pode ser indiferente à realidade em que vive", como lembra o ex-Ministro do STF – Sidney Sanches) e quando não proporcionando até injustiças. Como remediar? Há uma válvula de escape em tal emergência – a de procurar na aplicação da lei os fins sociais a que ela se dirige – art. 5º da LICC – sabiamente mantido em face ao novo Código Civil; afinal, um direito novo – o social – emergiu, e para ele há de voltar-se o juiz no seu transcendental papel de operador do Direito e distribuidor da justiça. As dificuldades de ordem funcional vividas pelos magistrados são outra constante. Lembro-me de haver condenado (com sursis tão-só) dois padres em decorrência de acidentes de trânsito. O clero local não nos perdoou – ao Dr. Promotor de Justiça, profissional dos mais probos e operosos com quem trabalhei, e a mim, ameaçados até de excomunhão. As duas sentenças acabaram mantidas em Segunda Instância e nos livramos "do pecado" quase capital, sem embargo de que vivíamos então o período de exceção. Logo eu, criado no catolicismo e de missa dominical. Quanta incompreensão!! Foi quiçá o momento mais difícil que vivi ao longo da judicatura.

***OJ* - Recentemente, durante a Assembléia Geral Ordinária da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), foi aprovada uma moção de apoio, em razão de certas pressões que o senhor vinha recebendo por estar a frente deste certame. Que tipo de pressões eram essas? Existe, de fato, algum problema em relação ao concurso de notários?**

AA - Problema algum existe em relação ao concurso de notários e registradores. Está-se, sim, dando solução a uma espera de mais de 20 anos em face à determinação constitucional (§ 3º, artigo 236, da CF/88) que tornou imperativo o concurso público na atividade notarial e de registros. As pressões referidas pela Associação dos Magistrados Catarinenses, a bem da verdade, decorrem de pleitos sucessivos originários de alguns possíveis candidatos inconformados com a obrigação de se submeterem ao concurso a fim de permanecerem nessas funções, materializados ora por mandados de segurança, ora por reclamações endereçadas ao Conselho Nacional de Justiça, tentando suspender o certame. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, contudo, fazendo valer o dispositivo constitucional, determinou a sua efetivação e o Conselho Nacional de Justiça, ao desacolher recentemente dois Procedimentos de Controle Administrativos, autorizou de igual forma a consecução do concurso.

A Comissão Organizadora do Concurso, por mim presidida, porquanto é entregue à 1ª Vice-Presidência essa atribuição, e composta por eminentes Magistrados – Desembargadores e Magistrados de 2º Grau, substitutos de Desembargadores, por não menos ilustre Promotora de Justiça, e por dignos representantes da Ordem dos Advogados do Brasil e dos Colégios Notarial e de Registradores, todos eles sem impedimento ou suspeições em relação aos candidatos – pois jamais nos faltou o zelo pela transparência e a lisura do certame –, estão levando a cabo essa ingente e desafiante tarefa. Realizamos a primeira prova seletiva, que reuniu 3.210 candidatos. O volume de inscritos obrigou-nos a usar dois estabelecimentos de ensino da Capital. Com a valiosa colaboração de servidores do Tribunal de Justiça, na condição de fiscais, a maioria deles com larga experiência nessa atividade, e sem quaisquer reclamos ou protestos por parte dos candidatos, foi ultrapassada essa primeira fase do concurso. Ato contínuo, em sessão pública, foram julgados mais de cem recursos interpostos pelos candidatos, dando-se provimento a alguns deles, todos relacionados com o conteúdo das questões propostas. No último dia 17 de dezembro foi divulgada a lista dos aprovados nessa primeira etapa do certame. É relevante, ainda, acrescentar que também realizamos, graças à inestimável participação de outros ilustres membros nomeados para compor a Comissão, o concurso para preenchimento de cargos nos quadros da Magistratura de Santa Catarina, que reuniu em sua primeira fase 2008 candidatos, estando concluídas as fases técnicas e inclusive a prova oral. Portanto, ao findar deste ano e aproximando-se a data de minha aposentadoria, deixo consignada a minha satisfação por ter realizado ao término deste meu (meio) mandato como Vice-Presidente, algo de proveitoso pelo Judiciário de Santa Catarina, em razão do qual e para o qual vivi todos estes anos. Tanto quanto esteve ao meu alcance, procurei fazer o melhor.

Juíza recebe título de Cidadã Honorária

Janice Goulart Garcia Ubialli foi uma das seis homeageadas pela Câmara de Vereadores de Criciúma, no dia 8 de dezembro

Divulgação

A solenidade compôs a grade de programação do Dia da Conciliação

O Salão do Júri do Fórum da Comarca de Criciúma ficou lotado para a sessão solene que a Câmara de Vereadores de Criciúma realizou, na noite do dia 8 de dezembro, dentro da programação do Dia da Conciliação promovido pela Justiça. Mais de 150 pessoas prestigiaram a entrega dos títulos honorários, honraria concedida pelo Poder Legislativo e que representa o reconhecimento público dos trabalhos prestados ao município por pessoas ou entidades.

Entre os seis homenageados estava a juíza Janice Goulart Garcia Ubialli, que afirmou estar emocionada e orgulhosa com a honraria. "Quando se homenageia um juiz, em última análise se está homenageando o próprio Poder Judiciário. Esta homenagem é, pois, dividida com todos aqueles abnegados magistrados e servidores que comigo colaboraram ao longo de todo este tempo, tornando possível a realização de um trabalho com o objetivo de melhor prestar a atividade jurisdicional", destacou a magistrada.

Para a juíza, "se, na carreira judicante que abracei há mais de 25 anos, tenho lutado pela constante melhoria da prestação jurisdicional, essa é uma obrigação que tenho o dever de cumprir como magistrada. E o cumprimento de uma obrigação não implica recompensa, mas muito nos orgulha quando há um reconhecimento, em especial um reconhecimento público. Foi realmente muito grande a emoção daquele momento, principalmente quando presentes estavam diversos colegas magistrados e servidores, além da família e amigos. Continuarei pautando minha vida no mesmo caminho que segui ate aqui, tendo como norte a ética e o trabalho, só que agora mais enriquecida com o título que acabo de receber".

O autor do projeto de lei foi o presidente do legislativo municipal, vereador Itamar da Silva. "Encerramos a ano legislativo com chave de ouro. Além do trabalho prestado pelos vereadores na fiscalização do executivo e nas bandeiras relevantes para a cidade levantadas pela Câmara, nós entregamos na noite de hoje seis honrarias, em reconhecimento ao trabalho e a dedicação dos homenageados", comenta. Entre as autoridades que marcaram presença na cerimônia, estavam o presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, e o desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi.

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor de Aragão, parabeniza a eminente magistrada pela homenagem, destacando que "a honraria é um justo reconhecimento pelo relevante trabalho realizado pela colega em prol da comunidade criciumense".

Juiz Alexandre Dittrich Buhr é eleito cidadão honorário da cidade de Ipira

A Câmara de Vereadores de Ipira promoveu, na noite do dia 9 de dezembro, sessão solene de outorga do Titulo de Cidadão Honorário de Ipira ao juiz de direito da Comarca de Joaçaba, Alexandre Dittrich Burh. O vereador Veríssimo de Abreu propôs o título, aceito por unanimidade pelos demais vereadores, em razão do excelente serviço prestado pelo homenageado quando exerceu o cargo de juiz de direito na Comarca de Capinzal abrangendo também os municípios de Ipira, Piratuba, Ouro e Lacerdópolis.

Divulgação

A homenagem louvou os serviços prestados na Comarca de Capinzal

A sessão solene foi presidida pela vice-presidente, Arlete Terezinha Huf, com mesa composta pelos demais vereadores, pelo prefeito Francisco Machado de Aguiar, vice-prefeita Marilei Stockmann Knebel, além do homenageado Alexandre, acompanhado da mulher Magda.

Em seu discurso, o magistrado agradeceu sensibilizado o novo título. "Não posso receber esta homenagem sem compartilhá-la com algumas merecidas pessoas. Compartilho-a com minha família, Magda Ruth, Sarah Sophia e Karl Phillip. Sem elas o que somos e o que fazemos? Muito pouco. Assim, toda energia e inspiração para trabalhar incansavelmente pela Comarca de Capinzal, com certeza devo a vocês. Aos caríssimos Ipirenses, aqui representados pelos vereadores, os quais decidiram me tornar Cidadão Honorário, penso que não fiz muito para receber tamanha homenagem", destacou.

Ele ressaltou ainda o papel do magistrado na sociedade. "Um magistrado precisa decidir todos os conflitos sociais – excetuados os trabalhistas e alguns da Justiça Federal – de forma a buscar a Verdade e, com ela, fazer a necessária Justiça. Esta é a missão do magistrado. Uma missão que, além de profissional, é pessoal e espiritual. Não basta estar juiz, precisamos ser, verdadeiramente, juízes. Foi isso o que busquei realizar todos os dias nestes 11 anos em que fui Juiz de todos os Ipirenses. Portanto, não fiz mais do que a minha obrigação", frisou.

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor de Aragão, também cumprimenta o eminente magistrado pela homenagem, destacando que "a honraria faz jus ao relevante trabalho realizado pela colega em prol da comunidade Ipirense".

Des. Pedro Abreu defende tese em Direito na UFSC

O desembargador Pedro Manoel Abreu, ex-presidente do Tribunal de Justiça (2006/2008) e atual presidente da 3ª Câmara de Direito Público do TJ, defendeu com sucesso no dia 15 de dezembro tese de Doutorado junto ao Curso de Pós-Graduação da Universidade Federal de Santa Catarina.

A tese levou o título de "O processo jurisdicional como um locus da democracia participativa e da cidadania inclusiva". Ela formula a proposição de que o processo é um microcosmo da democracia, dentro do concerto político em que se apresenta o Estado democrático de direito na sociedade contemporânea. "O Judiciário, concebido autonomamente, numa visão liberal de divisão de funções, fundante do Estado moderno, assume agora novos desafios, transformando-se radicalmente, ao passar a ter um crescente envolvimento com a questão social, tendo papel destacado na agenda pública e na sociabilidade. Deixou de ser um poder periférico, encapsulado em si mesmo, inacessível, distante da agenda pública e dos atores sociais, para converter-se, agora, numa instituição fundamental à democracia brasileira", escreve o magistrado, em seu trabalho acadêmico.

A banca, que concedeu nota máxima com louvor, esteve constituída pelos doutores Antonio Carlos Wolkmer (presidente), Orides Mezzaroba, João dos Passos Martins Neto, Antonio Maria Rodrigues de Freitas Iserhard e Eduardo de Avelar Lamy.

Divulgação TJ/SC

O magistrado considera o processo um microcosmo da democracia

Pequenas lições de filosofia e equilíbrio

Salim Schead dos Santos já foi estudante de línguas, historiador formado, jornalista de pautas quentes, poeta premiado, juiz dedicado às causas sociais e professor universitário. Perambulou por incontáveis cidades, perseguiu objetivos de carro, ônibus, trem e avião, decidiu a vida de todo tipo de gente, julgando dos casos mais polêmicos aos enroscos mais triviais. Desembargador desde 2003, dedica-se agora a manter o equilíbrio mesmo num dos picos do poder. Um desafio fácil de vencer: desde os dias mais incertos da juventude, é acompanhado por uma ilustre figura, competente na construção de sua personalidade tranqüila, observadora e auto-consciente. O filósofo romano Marco Aurélio deu-lhe as mãos ainda na adolescência, por meio das páginas de *Meditações*, até hoje em sua mesinha de cabeceira. A obra, baluarte da filosofia estóica, consolou o magistrado nos raros momentos de sofrimento, encarados sempre como experiências, e permitiu que reconhecesse mesmo as felicidades mais miúdas, tão difíceis de identificar. A convivência diária rendeu ao desembargador um rol particular de sabedorias, orientadas segundo o despojamento da doutrina ascética do romano, dispostas aqui em ordem alfabética, segundo princípios sugeridos e cultivados pelo filósofo. A seguir, algumas das lições mais preciosas de Salim Schead dos Santos.

ARTE – Se Marco Aurélio aprendeu com Rústico o valor de leituras rigorosas, dispensando idéias gerais e palavras fáceis, seus próprios escritos sugeriram a importância da pluralidade estética. Comprador compulsivo de livros, o desembargador desvia boa parte do orçamento à aquisição dos preferidos: Drummond, Borges, Machado, Vargas Llosa, Flaubert, Balzac, Quintana, Bandeira, Rubem Braga. Gosta de crônica, poesia, romance, livros de ensaios – Carlos Fuentes é a companhia do momento. Ao elencar as maiores obras, confirma o gosto diverso: *A morte de Ivan Ilitch*, *Ratos e Homens*, *Vidas Secas*, José Saramago – de quem leu mais de uma dezena de títulos. Embora não dedique muito tempo à música, quase sempre aciona o som durante as análises de processos, às vezes música orquestrada, às vezes canções em língua inglesa. A cultura artística é complementada com visitas a museus, sobretudo em viagens ao exterior, área onde também já acumula eleitos: Portinari, Di Cavalcanti e Van Gogh, cuja biografia o impressiona, sobretudo pelo fracasso de não ter conseguido vender uma única tela em vida. É por meio da literatura, porém, que intensifica com mais paixão sua educação estética: "para mim, as leituras fora da área técnica são também formas de descanso". Acumulando vários títulos ao mesmo tempo, Salim completa ao menos um livro por mês, já que "cada um satisfaz um tipo de curiosidade".

CONSCIÊNCIA – O ofício da magistratura parece depender de quatro condições: vocação para a responsabilidade, busca de conhecimento fora das análises técnicas, compreensão humana e capacidade para resolver conflitos. Em uma palavra, *consciência*, consciência dos atos, na totalidade, e não apenas no restrito âmbito em que muitos mantêm suas ocupações profissionais. Da mesma forma que é proibitivo "julgar sem se preocupar com as conseqüências da decisão", é necessário "jamais impor seu ponto de vista sem se cercar de informações, tampouco agir por impulso". Parte do genuíno interesse pelo outro Salim atribui à sua geração, construída a partir de passeatas de protesto, recusa à ditadura, palavras de ordem, poemas de Chico Buarque e peças de teatro interditadas. Os anos 60, garante, formaram uma personalidade calcada na responsabilidade social, e na busca do bem comum, um olhar ao mesmo tempo contemplativo e participante. Tal consciência, prerrogativa particular do seu conceito de verdade, estende-se à vida pessoal, num movimento circular. Com a fala mansa, escolhendo bem as palavras, explica que adoraria ter mais tempo para se voltar para dentro de si, primeiro degrau da felicidade, segundo sua lógica: "Eu gosto muito de entender as pessoas". Neste universo, o bem-estar é parente do auto-conhecimento: ter consciência de si próprio, sua introversão, sua calma, sua tranqüilidade, é o princípio de uma jornada solitária que pode ajudar a modificar o próprio mundo. Um *olhar para si* caro também ao companheiro Marco Aurélio, que cresceu ao som das palavras do tutor: não recear o trabalho, tratar das suas próprias necessidades, meter-se com a sua vida, e nunca dar ouvidos à málíngua.

FAMÍLIA – Em 2008, completou 34 anos de casamento. Sônia, paixão permanente, faz questão de frisar, era uma estudante de línguas quando se conheceram, na Universidade Federal de Santa Catarina. O encontro transformou sua vida e lhe entregou duas meninas, Juliana e Fernanda, e um neto, Samuel, garotinho de quatro anos que rouba parcela significativa de sua atenção. O casal vive ainda com três cadelas, Keli, da "terceira idade", Kate, "adolescente", e Phoebe, "ainda criança", e dois canarinhos; todos juntos numa casa no Santa Mônica, um dos poucos bairros ilhéus que ainda preservam o clima interiorano. A família tranqüila de hoje lembra bastante aquela de onde veio, ele e mais seis irmãos, um deles falecido aos 24 anos. Lá, conheceu as diferenças, aceitando tanto a extroversão da mãe, sempre alegre e otimista, quanto a introversão do pai, mais recolhido. Se Marco Aurélio inicia suas meditações louvando o legado familiar, nossas heranças subjetivas, Salim compartilha com o amigo a mesma gratidão. Com a mãe, reconheceu a validade da máxima "querer é poder", afastando a crença na sorte, esforçando-se para dar conta da vida. Anos depois, ainda recita Rui Barbosa, eternizando o diálogo materno: "Maior do que a tristeza de não haver vencido é a vergonha de não ter lutado". Em casa, o menino de Criciúma vislumbrou ainda aquela esperança meio gratuita que surge quando o mundo parece desbotar, certa crença na superação: a irmã Ângela venceu o câncer sem tirar o sorriso do rosto. Ali encontrou também o primeiro herói, imbatível até hoje: seu próprio pai, "sereno, honesto, sério, sempre em busca do diálogo, dono de excelente compreensão humana". Sônia, anos depois, entregou-lhe o mesmo aconchego: com ela aprendeu inglês, com ela conheceu a fé, por ela deixa-se transformar cotidianamente.

MORTE – Para o desembargador, "a vida é um caminho" – ponto alto de toda filosofia que tende a enxergar no universo pólos de constantes mutações, objetivo já das meditações milenares de Marco Aurélio. Em paz com suas escolhas, e crente da validade da própria trajetória, sem desalinhos ou excessos, considera *muito bom* seu atual estado de espírito: "tenho duas filhas queridas, amo minha mulher, possuo grandes experiências conjuntas e gosto do meu trabalho". É pela satisfação, então, que "não encontra dificuldade para encarar a idéia da morte". Se a sociedade moderna faz questão de esconder nossas despedidas, enclausurando os casos de doenças fatais, vedando o corpo em caixões de luxo, o magistrado encara a finitude como parte do próprio fenômeno vida. Se pudesse sugerir sua ida pediria apenas que fosse, claro, com tranqüilidade – tranqüilidade apresentada por ele diante dos revezes e das felicidades. Mais uma importante lição do mestre: "Embarca-se, faz-se a viagem, chega-se ao porto: desembarca-se, então".

PRESENTE – Viver cada dia como se fosse o último é uma das mais contundentes sugestões da filosofia estóica: "lembra-te que o homem vive só no presente, neste momento fugaz: todo o resto da vida é ou passado e já ido, ou ainda não revelado". O posicionamento no presente, dispensando as sobras do passado e evitando planejamentos maiores para o futuro, garante dose extra de tranqüilidade ao magistrado, tão importante para a efetivação da sua experiência. Para fazer valer a eternidade do instante do momento, evita o rancor: "muitas decepções que tive, já esqueci, não vale a pena retê-las". Mas não deixa morrer a alegria: "Passar no concurso para juiz foi uma explosão de alegria". No fim das contas, tempera com intensidade, a intensidade do hoje, sua tão característica tranqüilidade. É a própria experiência da vida que defende, com unhas e dentes: "Não vejo mérito na omissão, nem naqueles tipos que passam a vida em brancas nuvens".

RELATIVISMO – Nem o prazer é necessariamente um bem, nem a dor é necessariamente um mal a sentença, uma das máximas sugeridas nas entrelinhas de *Meditações*, é seguida à risca pelo discípulo. Seu relativismo, que busca dar conta das si-

tuações de acordo com seus contextos próprios, aplica-se em primeira instância à profissão. Antes de tudo é preciso enxergar a lei de outra forma, buscando alternativas, não apenas seguindo dogmas pré-estabelecidos. Uma de suas grandes preocupações em relação ao mundo contemporâneo é justamente a proliferação dos radicais, peritos em abandonar o fator humano. Contra a dicotomização da realidade, vislumbra no excesso de rigor apenas o caminho mais fácil para solucionar problemas de muitas pontas: "não acredito em mocinho e bandido; todo o ser humano tem virtudes e defeitos". Ele, claro, lança o olhar para as virtudes. Herói, assim, pode ser todo mundo, graças a deus: basta resistir, basta revelar equilíbrio em situações-limite. "Heróis não precisam ser autores de ações grandiosas". Ele mesmo encara-se como um magistrado atento e inquieto, atento às transformações da sociedade, cada vez mais velozes, inquieto com certas leis, "afinal nossa legislação não dá efetividade aos direitos da saúde e do meio ambiente, por exemplo". Por conta da maneira filosófica com que encara a atividade da magistratura, cultiva algumas desconfianças cuidadosas: "tenho bastante dificuldade para aceitar a prisão por dívida". Foi por se preocupar tanto com a liberdade, os direitos daquele outro, seu interesse profissional maior, que acabou se envolvendo academicamente com Direito Penal, tema do seu mestrado, também na UFSC. "É uma área desafiante. Fico muito preocupado quando leio que 43% acredita que bandido bom é bandido morto".

SIMPLICIDADE – Pessoalmente, Salim é um homem cordial e atencioso, sem qualquer vestígio da arrogância que acompanha alguns nomes do poder. Conversa sem pressa, e ouve com a mesma atenção com que explica suas verdades – quase sempre relativizadas de acordo com o contexto e o ouvinte. Pergunta, indaga, escuta: parece aprender ao menos um tantinho com qualquer fato da vida, inclusive os mais corriqueiros. Interessa-se, sempre, pelo outro, dando-lhe crédito em qualquer circunstância. Cultiva a simplicidade dos verdadeiros humildes, desconfia do poder como de fato desconfiaram os legítimos heróis. Luxo, facilidades, dinheiro, vaidade, sucesso – os duvidosos valores contemporâneos parecem não afetar em nada suas escolhas. Dispensa saídas noturnas, aceita a própria introspecção, tranca-se entre clássicos diversos e inúmeras publicações, aproveita a família nas horas vagas. Adora mesmo é viajar: "nunca estou cansando para colocar o pé na estrada". Se pudesse modificar alguma coisa em si mesmo, seria um tantinho mais extrovertido. Se recebesse a chance de dobrar algum sentimento no mundo, multiplicaria a compreensão e a tolerância – aquele olhar para o outro, que nele aparece e se consolida de forma tão natural. *Solidariedade* aqui é palavra chave. Nesta tranqüilidade ativa, mais próxima de um olhar tolerante para as coisas do mundo e dos homens, jamais um refúgio dos resignados, como poderia parecer aos fracos, alimenta a alegria e dispensa as decepções. Depende de cada pessoa transformar angústia em alívio: "muitas vezes o tempo passa e você compreende a situação, daí já deixa de ser decepção". Para o desembargador, o mundo gira, as filas andam, os imperativos modificam-se: "Na medida que a vida vai passando, a gente vai enxergando as coisas de maneira diferente". Para os sábios, só vale protagonizar a cena quando se é sereno, simples; "não vergues, mas sê comedido".

TRANQUILIDADE – Na opinião do desembargador, "felicidade é um estado de espírito onde você se sente tranqüilo, em paz com o mundo e com você mesmo". Não à toa, fora o pai, seu ídolos são dois inconfundíveis baluartes do pacifismo, Madre Tereza de Calcutá e Gandhi. A aceitação de si mesmo é fato que acompanha o desembargador desde a infância: sempre foi estudioso, mas nunca fez questão de ser eleito o primeiro da turma; conviveu com parcela significativa de extrovertidos, mas aprendeu a se compreender como um homem calado, quieto, caseiro, que tira mais prazer do recolhimento da leitura do que das festas encerradas apenas com o dia claro; cordato, calmo, flexível. "Sou mais bombeiro do que incendiário" – define. A atividade favorita reflete a aceitação do seu próprio sujeito, aquele si tão importante na construção da felicidade: *be yourself*. Resignado diante do fluxo da vida, aceita de bom grado até mesmo a velhice, fonte de pesadelos dos modernos. Sua meta é envelhecer tranquilamente, sem ressentimentos. Se a virtude está no meio termo, como preza a filosofia de Marco Aurélio, desembargador Salim está a poucos de conquistar a mais plena sabedoria.

VERDADE – Desde pequenino, apresentou inclinação à área das ciências humanas, descartando números e estatísticas. Sempre lhe inquietou a condição humana, bem como a maneira como se comporta cada indivíduo em seus momentos particulares de tensão. A verdade, como meta, objetivo, esteve presente desde que aprendeu a pensar, seja na biblioteca ao alcance das mãos, repleta de obras capazes de discutir a fundo os desejos humanos, seja nos primeiros passos profissionais, como o estudante de História que desejava desvendar o passado, ou como o jornalista em busca do retrato mais fiel da notícia. Encarar a profissão com os contornos vagos do imprevisível é outra característica do desembargador: "Direito é sempre um desafio". Formado em História, a magistratura invadiu sua vida como uma espécie de chamado, um projeto novo onde conseguiria colocar em prática noções próprias de justiça. Já em sua primeira comarca, de Campo Erê, no extremo oeste catarinense, recebeu a chance de exercitar sua maneira particular de buscar a verdade. Num processo sobre posse de terras, contrariou expectativas ao colocar frente a frente as 80 famílias invasoras e o proprietário, que pedia reintegração. O encontro, recurso utilizado com extrema parcimônia, foi produtivo para todos os envolvidos, revelando ao autor, já naquela estréia tumultuada, a importância de se trilhar o próprio caminho, ainda que muitas vezes nossas escolhas não sejam as mais ortodoxas. "Se você tiver essa preocupação com o outro, vai ser juiz". A trajetória até o posto de desembargador foi, sem dúvida, uma construção, edifício em que depositou tijolos ao decorrer de toda a vida, afinal ela é, como já sabemos, "um caminho". No topo, reconhece a necessidade de responsabilidade – quanto mais, melhor. Ao contrário dos amantes da força, o poder o incomoda em demasia; considera-o uma missão, jamais uma benção. Conseguir identificar a decisão correta, a verdade jurídica, é uma preocupação constante, assalto na tranqüilidade tão perseguida pelo desembargador. Hoje, considera-se um profissional "preocupado com o ofício de fazer justiça". Afinal, como lhe sussurra Marco Aurélio todas as noites, a vida mortal nada pode oferecer de melhor do que justiça e verdade, autodomínio e coragem. E Salim aprendeu bem a lição.

Desembargador Salim Schead dos Santos, em evento organizado pela AMC, e com a mulher, Sônia

Jade Martins Lenhart

Fim de ano

Jantar da Magistratura

Encerramento de 2008 foi comemorado com evento para cerca de 200 convidados

Fotos: Fátima

Mais de 200 pessoas, entre magistrados e familiares, participaram, no dia 6 de dezembro, no Lira Tênis Clube, em Florianópolis, do tradicional jantar de final de ano promovido pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juntamente com o Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina (TJ/SC).

Na ocasião, os presentes comemoraram também os 22 anos de matrimônio do casal Paulo Ricardo e Sandra Bruschi, ele juiz e eleito no mesmo dia presidente da AMC. A Associação prestou, ainda, a sua homenagem a magistrados e servidores do Poder Judiciário pelos relevantes serviços dedicados à Justiça catarinense. Os homenageados foram: desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho; desembargador Alcides dos Santos Aguiar; desembargador José Trindade dos Santos; desembargador José Gaspar Rubik; desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz; desembargador João Eduardo Souza Varella; desembargador Cláudio Barreto Dutra; e desembargador Marcílio João da Silva Medeiros. A animação da festa ficou por conta da Banda Açú, de Itajaí.

Rafael R. Botan e Viviana G. Maia

Juiz Nilton M. Machado e a juíza Iasodara Fin Nshi

Jovens casais abrilhantaram a fes

Desembargadores Antônio do e Luiz Cezar Medeiros, com

Da esq. p/dir.: juízes Tzelikis, com esposas

Da esq. p/ dir.: des. Silveira Lenzi, des. Maurílio Moreira Leite, Juiz José A. de Aragão e esposa, e des. Norberto Ungaretti

Da esq. p/ dir.: juízes Periandro Balbino, Carlos Adilson, Júlio Melo, Antônio Zoldan, Roque Cerutti e des. Ricardo Roesler

Des. Jaime Ramos e marido

Juiz Paulo Ricardo Bruschi e esposa

Juíza Anuska Felski ladeada de jovens colegas magistrados

Juízes Samir Saad e Dinart F. Machado e esposas

Des. Paulo Roberto Ca

Da esq. p/ dir.: juiz Samir O. Saad, des. José Volpato, juiz Luiz Bonatelli, juiz José A. de Aragão, e des. Joel Dias Figueira Jr.

Da esq. p/ dir.: juízes Jaime Machado Jr., Leandro Passig, des. Jaime Vicari e juiz militar Getúlio Corrêa

Juiz Osvaldo Ranzi e esposa

Juiz Rafael Maas família

sta

Juízes Rudson Marcos (esq.) e Sílvio Franco, com esposas

Des. Joel Figueira Jr., des. Salim S. dos Santos, des. Túlio Pinheiro e juízes Volnei Tomazini e Antônio Carlos Botan

Flávia Karina da Costa e as juízas Anuska Felski da Silva, Gabriela Sailon de Souza Benedet, Sabrina Menegatti Pítsica e Liana Bardini Alves

Rego M. Rocha (esq.) esposas

Des. Rejane Andersen e esposo ao lado do juiz Sílvio Orsatto

Da esq. p/ dir.: juiz Pedro Caetano e esposa, juíza Hildemar Meneguzzi e esposo, juiz Luiz Bonatelli e esposa, e des. José Volpato

Des. Solon D'Eça Neves e Heloísa

Carlos Cazuma Nosse e Paulo

Andréa Silva (assessora de eventos da AMC) e Dona Ione Ramos

Da esq. p/ dir.: juiz Jaime Machado Jr., senhora Elizabeth Gomes, juiz Sílvio Orsatto e des. Salim S. dos Santos, com esposa

Alegria tomou conta dos convidados

margo Costa e esposa

Da esq. p/ dir.: juíza Gabriela Benedet, juiz Leandro K. Aguiar, juíza Taynara Goessel e seus cônjuges

Juiz Paul R. Bruschi (dir.) e família

Da esq. p/ dir.: juiz Artur Jenichen Filho e esposa, juiz José A. de Aragão, des. João H. Blasi e esposa e juízes Clarice Lanzarini e Gilberto de Oliveira

Magistratura reunida para momento de confraternização

dos Anjos e

Da esq. p/ dir.: des. Mazoni Ferreira, José Volpato, juízes Luiz Bonatelli e Samir Saad, e o des. Francisco Oliveira

Juiz Milton Cunha e esposa

Da esq. p/ dir.: os desembargadores Luiz César Medeiros, Antônio do Rego Monteiro Rocha, Luiz Freyesleben e Sérgio Paladino, com esposas

Sessão especial empolga alunos da Esmesc

Com o objetivo de integrar futuros magistrados às práticas do Tribunal de Justiça, o encontro deve ser repetido em 2009

Divulgação

Des. Sérgio Baasch Luz (ao centro) conduziu os trabalhos da sessão

Como forma de estimular os alunos à prática no universo forense, foi realizada no dia 4 de dezembro, no auditório da AMC/ESMESC, a Sessão Extraordinária da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça. "O nosso objetivo foi o de aproximar as atividades do TJ aos alunos da Escola, o qual foi alcançado com êxito, sendo inegável o aproveitamento teórico e prático que os participantes tiveram", destacou a coordenadora geral e pedagógica da Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc), professora Dilsa Mondardo.

O desembargador Carlos Prudêncio (Presidente) foi substituído pelo desembargador Sérgio Roberto Baasch Luz. Os processos foram especialmente selecionados, tendo como expositores os desembargadores Edson Ubaldo e Joel Dias Figueira Júnior. A sustentação oral foi feita com entusiasmo pelos advogados Eduardo Melo e João José Ramos Schaefer. Segundo a professora Dilsa Mondardo, a idéia é repetir a prática em 2009.

Os alunos elogiaram o evento, destacando que iniciativas do gênero contribuem para aprimorar ainda mais o conhecimento daqueles que estão se preparando para o concurso da magistratura. "Estas atividades nos auxiliam muito, pois nos trazem a realidade e a responsabilidade do cargo ao qual pretendemos alcançar. O aproveitamento teórico e prático que obtivemos nestes eventos é algo que nos marcará para sempre. Registro os meus sinceros agradecimentos a Esmesc, por nos fazerem acreditar que com muito estudo, empenho e dedicação, nada é impossível, esperando em breve fazer parte do brilhante quadro de magistrados do honrado e eficaz Tribunal de Justiça de Santa Catarina", ressaltou o aluno Flávio Germano Buzzi.

Aluna da Esmesc desde janeiro de 2007, Cínara Sanni diz que tem aproveitando toda a estrutura da entidade, desde cursos, palestras, bem como a biblioteca, considerada por ela de excelente qualidade. "Percebo o grande empenho de todos na preparação dos alunos não só para o concurso, mas na formação de um futuro juiz. A Esmesc tem realizado eventos de grande importância para os alunos, proporcionando aproximação à magistratura catarinense, como a realização da Sessão Extraordinária da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça, trazendo para tão perto os desembargadores, que puderam nos ensinar mais uma lição, que é ver a comunhão de um corpo coletivo de julgadores no julgamento de causas muitas vezes tão tormentosas. São esses exemplos que motivam os alunos na busca da melhor formação possível", sublinhou.

A aluna Simone Reimer também enaltece o trabalho realizado pelos dirigentes da Esmesc. "Esse tipo de atividade é muito importante para aqueles que estão se preparando para o concurso da magistratura por algumas razões. A primeira é a oportunidade de participar de uma sessão de julgamento realizada em um ambiente diverso do Tribunal de Justiça e mais próximo dos alunos da Esmesc. A segunda é a possibilidade de unir a teoria à prática forense, tomando conhecimento acerca dos entendimentos dominantes no Tribunal catarinense sobre as mais diferentes matérias jurídicas. A terceira e última é congregar as razões acima mencionadas com o conveniente contato pessoal e intelectual com os desembargadores", frisou.

"A realização de eventos como este (Sessão Extraordinária) motivam os alunos na busca da melhor formação possível"

Cínara Sanni

"Estas atividades nos auxiliam muito, pois nos trazem a realidade e a responsabilidade do cargo ao qual pretendemos alcançar"

Flávio Germano Buzzi

"Esse tipo de atividade é muito importante para aqueles que estão se preparando para o concurso da magistratura"

Simone Reimer

Pleno aprova remoções, promoções e indicações para direção de foro

O Tribunal Pleno aprovou, em sessão administrativa do dia 17 de dezembro, a indicação do juiz Fábio Nilo Bagatoli para a direção do Foro da comarca de Araranguá; a opção do juiz Maurício Cavalazzi Póvoas para o cargo de juiz de Direito da 2ª Vara da Fazenda da comarca de Joinville; a opção do juiz Fábio Bagattoli para o cargo de juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Araranguá; opção do juiz Carlos Roberto da Silva para o cargo de juiz de Direito da 3ª Vara Criminal da comarca de Itajaí; e opção do juiz Luis Francisco Delpizzo Miranda para o cargo de juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Itajaí.

O Pleno aprovou ainda a instalação de uma 3ª Vara na comarca de Videira; de sucessões na comarca da Capital; uma 3ª Vara na comarca de Xanxerê; Vara do Tribunal do Júri na Capital; uma nova Vara em Palhoça; outra em São José; e uma 3ª Vara na comarca de Braço do Norte.

Na ocasião, os desembargadores aprovaram ainda a concessão de função gratificada ao segundo assessor de juiz de primeiro grau, cuja implantação está prevista para ocorrer de forma progressiva, começando pela entrância Especial, depois Final e, por fim, pela Inicial. Trata-se de antiga reivindicação feita pela AMC ao Tribunal, conforme já reconheceu o próprio presidente da Corte, o desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho. "A Associação agradece os eminentes desembargadores, em especial o Desembargador Francisco Oliveira, pela compreensão e acolhimento do pleito, o que certamente contribuirá sobremaneira para que tenhamos uma justiça mais célere e eficaz", destacou o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão.

O Pleno do Tribunal de Justiça, também em sessão administrativa no dia 3 de novembro, aprovou a indicação do magistrado Giancarlo Bremer Nones para a direção do foro da Comarca de Criciúma; a opção do juiz de direito Edir Josias Silveira Beck para a 3ª Vara Cível da Comarca de Criciúma; e as promoções da juíza Daniela Vieira Soares, pelo critério de merecimento, para a 1ª Vara Cível da Comarca de Laguna e do juiz Uziel Nunes de Oliveira, pelo critério de antigüidade, para a Vara Criminal da Comarca de Concórdia.

Também foram deferidas as remoções dos magistrados Pedro Aujor Furtado Júnior para a 2ª Vara Cível da Comarca de Jaraguá do Sul; Mauro Ferrandin para a 3ª Vara Cível da Comarca de Brusque; Rodrigo Tavares Martins, pelo critério de antigüidade, para o cargo de 7º juiz substituto vitalício da Comarca da Capital e Taynara Goessel, pelo critério de merecimento, para o cargo de 8º juiz substituto vitalício da Comarca da Capital.

A Corte aprovou ainda a instalação da Comarca de Meleiro – da qual fará parte também o município de Morro Grande – e a criação da 3ª Vara Criminal na Comarca de Itajaí, disciplinando a competência das unidades judiciárias. E, finalmente, o Tribunal Pleno aprovou a nomeação de 26 cargos de assessores para os juízes vitaliciandos.

Semana da Conciliação supera marcas

Realizado na primeira semana de dezembro, evento promoveu 2.026 audiências e alcançou 940 acordos em Santa Catarina

Divulgação

Coordenada pelo des. Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, etapa estadual viabilizou pagamento de R$ 2,1 milhões

A Coordenação Estadual da Semana Nacional da Conciliação, realizada de 1º a 5 de dezembro, registrou 940 acordos, dentre as 2.026 audiências realizadas. O índice só não foi ainda maior por causa das chuvas que assolaram o Estado, deixando mais de 120 vítimas fatais e 30 mil desabrigados. Sob o comando do desembargador Marco Aurélio Gastaldi Buzzi, a coordenação estadual do evento informou ainda que os acordos viabilizaram o pagamento de dívidas e obrigações no montante de R$ 2,1 milhões.

Na área cível, 786 acordos foram homologados, de um total de 1.745 audiências. A área criminal finalizou com 51 composições civis e 103 sentenças de transação penal homologadas. Durante os cinco dias de trabalho, 40 magistrados, 15 juízes leigos, 241 conciliadores e 564 colaboradores/voluntários atenderam 5.226 mil pessoas em 46 varas de 30 comarcas catarinenses.

Um imbróglio comercial prestes a completar seu primeiro aniversário na justiça teve final feliz para as partes durante a 3ª Semana Nacional de Conciliação, na 1ª Vara Cível da Comarca da Capital. Em pouco mais de vinte minutos, sentados frente a frente, os responsáveis pelas empresas Grutzmann & Bambini (credora) e Galbrás Galpões Metálicos (devedora) celebraram um acordo mediado por conciliador que encerrou o litígio sobre uma dívida pendente de R$ 24 mil. A Galbrás havia adquirido mercadorias junto a Grutzmann & Bambini, mas quitado apenas três das dez parcelas. Durante a audiência de conciliação, a devedora comprometeu-se a pagar, devidamente corrigido, o valor correspondente às sete parcelas - renegociado agora em dez parcelas iguais e consecutivas a contar do mês de janeiro de 2009. O juiz Vilson Fontana, titular da 1ª Vara, homologou o acordo entre as partes.

Na Univille, a Semana Nacional da Conciliação também foi considerada um sucesso, com o percentual de 34,10% de acordos homologados, praticamente 50% a mais do que no mutirão passado, onde atingiu o índice de 21,87%. O valor transacionado chegou a R$ 151.932,79. O Juiz Davidson Jahn Mello, responsável pelo evento, destacou a importância da integração, perfeita, segundo seu ponto de vista, entre o Juizado Especial Cível, a Universidade e a Comunidade, despertando a cultura da conciliação.

Já o Juizado Especial Cível do Fórum Central da Comarca de Joinville realizou audiência de conciliação entre credor e devedor de débito no valor de R$ 2,5 mil, que se estendia desde 1999. A devedora, M.N.B., se propôs a cumprir com a obrigação mediante um consórcio: pagará o valor corrigido de R$ 9,6 mil em 48 parcelas fixas, a partir de janeiro de 2009. Em setembro de 1999, as partes já haviam realizado um acordo perante o mesmo juízo. Logo depois, entretanto, o credor L.S. verificou seu descumprimento e solicitou execução de sentença. M.N.B. alegou que deixara de cumprir o pacto em razão de problemas psiquiátricos, que abalaram seu relacionamento familiar e matrimonial. Logo após a reabilitação, colocou-se à disposição para nova negociação. "Esse credor merece aplausos pela sensibilidade e compreensão com o problema alheio, já que de certa forma também lhe prejudicou", acrescentou a juíza Hildemar Meneguzzi de Carvalho, titular da unidade, na homologação.

Com o objetivo de quitar débitos e recuperar crédito dos acadêmicos da Universidade do Planalto Catarinense (Uniplac), a Vara da Fazenda na Unidade de Conciliação Fiscal organizou um mutirão especial. Ao todo foram 96 processos, que visaram contribuir para a reestruturação financeira da instituição. Existe uma dívida por parte dos acadêmicos que chega a R$ 1.685.368,31; destes, R$ 667.226,82 já foram recebidos durante os mutirões realizados anteriormente.

Durante os quatro (4) dias de mutirão foi acordado um total de R$ 35.500,75 mil. Esta é a sétima mobilização para arrecadação de recursos à instituição neste ano. A UCF formalizou um Termo de Audiência que deve ser assinado pelo devedor, caso venha ou não a concordar com os ajustes propostos. A advogada Michele da Costa Pereira, da Uniplac, acompanhou os trâmites, auxiliando no ajuste dos vários casos atendidos.

Brasil

No âmbito nacional, a 3ª Semana pela Conciliação permitirá o pagamento de R$ 974 milhões em acordos fechados em todo o país. O número é quase quatro vezes superior ao total negociado durante o último evento, no ano passado, que alcançou R$ 255,9 milhões. As estatísticas finais, divulgadas no plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em Brasília, revelam que o número de pessoas atendidas este ano, 629.590, ultrapassa o dobro de atendimentos de 2007, que não chegou a 300 mil.

Ao todo, foram realizadas 307.884 audiências, das quais 42% resultaram em acordos, correspondente a 130.424 conciliações. Os 99 mil participantes ajudaram mais de 600 mil pessoas a tentar acordos em conflitos que ainda não eram processos ou já tramitavam na Justiça. Em 2008, 70 mil colaboradores, 17 mil magistrados, 11 mil conciliadores e mil juízes leigos foram envolvidos nos trabalhos nas Justiças estadual, federal e do trabalho em todos os Estados. "Este ano, tivemos, pela primeira vez, a participação de todos os tribunais de Justiça, no Pacaembu, o que possibilitou um novo formato para o trabalho do CNJ", afirmou o presidente, ministro Gilmar Mendes, ao parabenizar a participação de todos os envolvidos.

Com o slogan "Conciliar é querer bem a você", a Semana Nacional pela Conciliação 2008 fortaleceu a idéia do bem que a conciliação favorece. Por meio dela, por exemplo, o cidadão ganha mais rapidez na resposta definitiva ao caso que o encaminhou à Justiça. Ao mesmo tempo, os conflitos litigiosos e o tempo para a análise dos processos diminuem, bem como os desgastes emocionais e financeiros com o Judiciário.

Nesta edição, a Semana Nacional pela Conciliação foi aberta simultaneamente no dia 1º de dezembro em cinco capitais: São Paulo (SP), Florianópolis (SC), Fortaleza (CE), Belém (PA) e em Brasília (DF). O lançamento em São Paulo foi realizado pelo presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Gilmar Mendes, no Estádio do Pacaembu. Conselheiros do CNJ participaram das cerimônias nas demais capitais.

Confira o funcionamento do Tribunal de Justiça para o mês de janeiro de 2009

Em 2009, o Judiciário Estadual reinicia suas atividades no dia 7 de janeiro (quarta-feira). Durante o mês, estarão em funcionamento seis órgãos julgadores. A Câmara Civil Especial, presidida pelo desembargador Nelson Schaefer Martins, se reunirá às quintas-feiras, a partir das 10 horas. A 2ª Câmara de Direito Civil, coordenada pelo desembargador Mazoni Ferreira, terá sessões também às quintas-feiras, porém às 14 horas.

Na área cível funcionará também a 3ª Câmara de Direito Civil, sob a responsabilidade do desembargador Fernando Carioni. O órgão realizará sessões às terças-feiras, em horário a ser definido nos próximos dias. Sob o comando do desembargador Cesar Abreu, a 2ª Câmara de Direito Público apreciará seus processos às terças-feiras a partir das 14 horas.

O desembargador Gastaldi Buzzi coordenará a 3ª Câmara de Direito Comercial, cujas sessões acontecerão às quintas-feiras, também às 14 horas. Todas as sessões ocorrerão no 1º andar da Torre II, com exceção da 3ª Câmara Criminal, que analisará os processos pautados sob a presidência do desembargador Torres Marques, às terças-feiras com início às 14 horas, no Hall Superior da Torre I.

Fim de ano

Fotos: Valdir Júnior

Inauguração da Sede Social

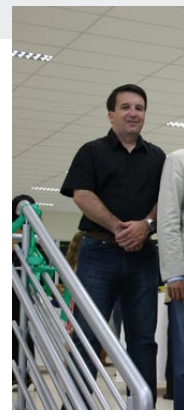
Primeiro evento na nova unidade, em Cachoeira do Bom Jesus, reuniu a magistratura catarinense

O presidente da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC), juiz José Agenor de Aragão, inaugurou, na noite do dia 19 de dezembro, a nova sede social da magistratura catarinense. A obra foi construída nas dependências da sede balneária da entidade, localizada na Cachoeira do Bom Jesus, no norte da Ilha de Santa Catarina. Mais de 200 pessoas, entre autoridades, associados e seus familiares prestigiaram o ato, que marcou o início da temporada de verão 2008/2009. "Essa não é uma obra do Aragão ou da atual diretoria, mas sim de todos os magistrados catarinenses", enfatizou o juiz José A. de Aragão.

Em seu discurso, o presidente da AMC disse que há muito se ouvia comentários de que o antigo espaço não mais atendia as necessidades dos associados. "A partir de então passamos a sonhar e a sonhar grande. Muitos eventos deixaram de ser realizados para que pudéssemos concluir este projeto", frisou. O juiz José Aragão agradeceu aos membros da diretoria pelo apoio à obra, à comissão de obras, ao construtor Renato Kleis pelo belíssimo trabalho, e, finalmente, ao Diretor da Sede Balneária, o juiz aposentado Paulo Tzelikis, o qual foi homenageado com uma placa pelos relevantes serviços prestados à AMC.

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco José Rodrigues de Oliveira Filho, também prestigiou o ato. Ao fazer uso da palavra, o magistrado relembrou o trabalho feito pelos ex-presidentes em prol da sede balneária da AMC, entre eles, o desembargador Euclides Cerqueira Cintra, o ministro Hélio Mosimann e o desembargador Nauro Collaço. "Todos acrescentaram um pouco nas suas administrações com a colaboração de cada um de nós. E agora, o Aragão nos brinda com este magnífico local, que servirá para que possamos nos congraçar e nos unir cada vez mais", pontuou. Após os discursos, foi realizado o descerramento das placas e dada a benção pelo diácono local. Os convidados foram também agraciados com um jantar dançante.

O presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, discursa para convidados



Os principais envolvidos na construção da nova sede comemoraram a conquista

Os juízes Paulo Tzelikis, José Agenor de Aragão e Paulo Bruschi, e o des. Francisco de Oliveira Filho, presidente do TJ/SC

Juízes Nelson Maia Valentim, junto às espo

A cerimônia contou com a presença de vários magistrados

Des. Francisco de Moacir Pereira, cor

Obra preza diversidade

A nova sede social traz como característica a funcionalidade, devendo ter, daqui em diante, múltiplas utilidades no que se refere à realização de eventos de confraternização destinados aos magistrados catarinenses. São cerca de dois mil metros quadrados de área construída (1.244m2 somente o salão e 750m2 de área externa). O salão, com capacidade para 500 pessoas sentadas, inclui uma pista de dança com 180m2; palcos, camarins, apartamento no camarim, cozinha industrial e banheiros. Na área externa, a piscina, bem como o seu entorno, recebeu tratamento especial para melhor atender os freqüentadores da sede balneária da AMC.

A nova sede social prioriza a arquitetura moderna, com linhas retas e muito vidro

O salão tem capacidade para 500 pessoas sentadas e oferece palco e pista de dança

Público acompanha a solenidade

Os filhos do president prestigiaram a festa de ir

A faixa foi cortada para simbolizar a inauguração da nova sede

Juiz José Agenor de Arag os colegas desembargador

Juiz Davidson Jahn Mello e família

Juiz Sérgio Junkes, des. Torres Marques e esposas

Nova geração da magistratura catarinense em clima de festa total

Desembargadores Salim dos Santos, com a esposa, Henry Petry Junior e Ricardo Fontes

A festa contou com a presença de diversos magistrados recentes

Peixoto e Emery Oscar osas

Des. Jaime Ramos e família

O serviço de buffet chamou a atenção

A descontração marcou o jantar de inauguração

Oliveira Filho e jornalista m suas esposas.

Desembargador Jaime Vicari e família

Juízes e desembargadores reunidos após o jantar comemorativo

Juiz José Agenor de Aragão e esposa, com convidados da fesa

te da AMC também nauguração

Juízes Augusto Aguiar e Geraldo Corrêa Bastos, com os filhos

O salão esteve lotado durante quase todo o evento

gão conversa com res

Juízes Carlos C.Nosse e Nelson de Souza Infeld, esposas, e a pensionista Roná H. de Carvalho

Juiz Getúlio Corrêa e esposa

Jovem magistratura prestigiou o evento

Juízes fazem doações em campeonato de futebol

Evento conseguiu arrecadar R$ 4.150,00, já depositado em conta especial, integralmente destinado ao auxílio das vítimas das enchentes catarinenses

Fabrício Severino

A destinação do dinheiro será decidida em Assembléia Ordinária

O Campeonato Brasileiro de Futebol, realizado entre os dias 11 e 14 de dezembro, em Curitiba (PR), teve como destaque a solidariedade. Durante a realização do evento foi arrecadado o valor de R$ 4.150,00, o qual já foi depositado na conta aberta pela Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) na Coomarca para ajudar as vítimas das enchentes.

A competição, promovida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e organizada pela Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), reuniu 11 delegações de todo país. A equipe de Santa Catarina ficou com a terceira posição, atrás do Rio de Janeiro (vice) e Espírito Santo, cujo time sagrou-se campeão do torneio (veja, abaixo, os resultados dos jogos que envolveram o time de SC). O Juiz Ezequiel Rodrigo Garcia foi um dos artilheiros da competição, ao lado do Juiz Trabalhista Gustavo Rafael Menegazzi, ambos da delegação catarinense. "Impressionou o alto nível técnico e físico da competição. Os times todos estavam muito bem preparados", disse o juiz Ezequiel Garcia.

O presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, agradeceu os colegas de outros estados pela colaboração espontânea. "Agradeço, em nome de toda a magistratura e de todo povo de Santa Catarina, pela grande contribuição que os colegas estão dando aos nossos irmãos catarinenses. Quero aqui destacar todo o meu sentimento de gratidão para com este magnífico gesto de solidariedade, que em muito ajudará aqueles que tiveram perdas por ocasião das chuvas que castigaram o nosso estado", destacou, acrescentando que novas doações já estão sendo remetidas para a referida conta.

Campanha

A AMC conclama os magistrados para que continuem com as doações, tanto para a população em geral quanto para os colegas magistrados também atingidos.

Para colaborar com os desabrigados catarinenses, pode-se efetuar depósito na conta 17.611-7, agência 3420-7 (Coomarca – Banco do Brasil). Demais donativos – preferencialmente copos descartáveis, colchões, roupas de cama em geral e toalhas de banho – podem ser encaminhados para a sede administrativa da AMC, localizada na Rua dos Bambus, 116, bairro Itacorubi, Florianópolis – SC, CEP 88034-570.

As doações aos magistrados, por sua vez, pode ser feitas mediante depósitos de qualquer valor na seguinte conta do Banco do Brasil: Agência 3420-7; Conta corrente: 078937-2; Titular: Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC Solidariedade Juízes) - CNPJ: 83.934.323/0001-80.

A destinação dos valores depositados nas referidas conta corrente será definida por comissão constituída durante a Assembléia Geral Ordinária, em conjunto com o Presidente da AMC. A comissão é formada pelos Desembargadores Sérgio Izidoro Heill, Jaime Luiz Vicari e Ricardo José Roesler, além do Juiz aposentado Ney Dante Hernandez Galante.

Resultados de SC:

SC (2) X ES (3)

SC (7) X MT (0)

SC (6) X MG (3)

SC (2) X RJ (3)

SC (6) X PI (0)

Esmesc forma alunos dos módulos I, II e III

Com o auditório da Associação dos Magistrados Catarinenses (AMC) lotado, a Escola Superior da Magistratura de Santa Catarina (Esmesc) promoveu, na noite do dia 17 de dezembro, a 71ª solenidade de entrega de certificados às turmas de alunos concluintes dos módulos I, II e 1ª turma do módulo III – Residência Judicial. Magistrados, alunos, e familiares prestigiaram o momento, de grande emoção, que começou com a apresentação feita em slides, com imagens de momentos que fizeram parte da vida dos alunos e da história da Escola.

Orador das três turmas, o aluno Eduardo Messaggi Dias disse que se sentia emocionado por ter sido convidado para representar seus colegas e do seu empenho nos estudos destinados a alcançar a aprovação em concurso da magistratura. "Não esperem novos acontecimentos. Façam a vida acontecer. Tenham na Esmesc um instrumento de apoio, usem a sua estrutura e aproveitem bem os momentos de estudos dedicados aos concursos", disse Eduardo. Ele destacou ainda a importância da Residência Judicial na formação dos alunos. "É uma experiência única. Não há aluno igual, juiz igual, comarca igual, enfim. E é importante ter sensibilidade para reconhecer a grandeza nessas diferenças", acrescentou.

O presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), desembargador Francisco José Rodrigues e Oliveira Filho, reafirmou as palavras do orador. "O resultado da aplicação produz resultados. Nada é por acaso", sugeriu.

Já o presidente da AMC, juiz José Agenor de Aragão, ressaltou a importância da cooperação entre a AMC e Esmesc com o Tribunal de Justiça, por meio da Academia Judicial. "O novo projeto pedagógico requer o envolvimento de várias instituições para enfrentar com excelência e responsabilidade os desafios decorrentes da missão de preparar os melhores e mais capazes candidatos ao ingresso na magistratura",

O novo presidente da AMC e diretor licenciado da Esmesc também saudou os formandos,

Divulgação

Evento de dezembro marcou a 71ª entrega de certificados da Escola

lendo, na ocasião, uma belíssima poesia do grande poeta Pablo Neruda (Morre lentamente...). Na sequência, ele conclamou os alunos a continuarem na luta pelos seus objetivos. "Nunca desistam dos seus sonhos e de buscar o que vocês pretendem. Estudem muito e vençam, pois vocês vencendo a Escola também vencerá", afirmou.

Por fim, fez uso da palavra o diretor geral da Esmesc (em exercício) Júlio César Machado Ferreira de Melo. Em um primoroso discurso, no qual exaltou o exemplo de ética e retidão de caráter do professor emérito dos cursos de graduação e pós-graduação em Direito da UFSC durante longos anos, o seu saudoso pai, Ari Kardec Bosco de Melo.

Câmara concede auxílio-acidente para trabalhador

A Terceira Câmara de Direito Público confirmou decisão da juíza Cíntia Gonçalves Costi e manteve a concessão de auxílio-acidente a Vilmar Alves da Silva. Ele ajuizou ação acidentária contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), requerendo o pagamento do benefício mensal e vitalício, em razão de acidente sofrido no decorrer do seu trabalho, que resultou em lesões nos ligamentos e menisco do joelho esquerdo.

Vilmar trabalhava como operador de máquinas, na empresa Forsafra Indústria e Comércio de Cereais Ltda.. Ele exercia função que exigia um grande esforço físico ao auxiliar na carga e descarga de objetos pesados (peças, maquinários, sacas, estruturas metálicas, andaimes e chapas), tendo como decorrência do acidente a redução de sua capacidade de trabalho.

TOGA JUSTA

R. URTIGÃO

75 Anos

A aprovação da PEC dos 75 anos pelo Congresso Nacional está amarrada às duas vagas que se darão neste ano no STF, e outras no STJ, TST e TCU. Do Supremo, sairão os ministros Eros Grau e Ellen Gracie - indicada para integrar o Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio. Eros Grau sai na compulsória. Este é um dos obstáculos que dificultam a aprovação da Emenda dos 75 anos, esperada por alguns magistrados, mas com o repúdio da AMB, OAB e alguns partidos políticos.

Na Boca

No aguardo das aposentadorias do STF, já estão na corrida de apoiamentos, o advogado-geral da União, José Dias Toffoli e os ministros do STJ, Cesar Asfor Rocha e Luiz Fux.

Sucessão no TJ

No próximo dia 28 de janeiro deverá ser realizada pelo Pleno do TJ/SC, a eleição para preenchimento da vaga da 1ª Vice-presidência da Corte, com a aposentadoria compulsória do desembargador Alcides Aguiar, no último dia 16. A importância do pleito tem relação com a sucessão na presidência do TJ, já que o desembargador Francisco de Oliveira Filho aposenta-se, também pela compulsória, no próximo dia 12 de fevereiro. O novo vice cumprirá o mandato do presidente até o dia 1º de fevereiro de 2010. Para o preenchimento das duas vagas de desembargador estão cotados os nomes dos Juizes de Segundo Grau, Joel Dias Figueira, Jaime Luiz Vicari, Rodrigo Cunha e Sônia Schimitz.

Órgão Especial

Expressivo número de desembargadores do TJ/SC estão conversando sobre o reestabelecimento do Orgão Especial. Entendem alguns que a composição de 50 desembargadores, nas discussões e votações de matéria jurisdicional, tem dificultado a necessária rapidez pelo número de intervenções e pedidos de vista. Nas deliberações adminstrativas, os procedimentos com o Pleno completo são bem agilizados. Só para argumentar – dizem uns – o STJ deliberou no Pleno a diminuição dos integrantes do Orgão Especial, de 25 integrantes para 15. Questão de racionalidade funcional.

Perda Oabiana

O Superior Tribunal de Justiça cansou de esperar que o Conselho Federal da OAB resolvesse o impasse com as duas listas sêxtuplas para o preenchimento das duas vagas existentes para o quinto constitucional da advocacia na Corte. Por resolução do Orgão Especial do STJ, no final de dezembro, foram convocados os desembargadores estaduais Paulo Roberto Bastos Furtado, do TJ da Bahia, e Vasco Della Giustina, do TJ do Rio Grande do Sul. A OAB recorreu ao STF para que o STJ seja obrigado a aceitar as listas enviadas pela Corporação e descartada pelos ministros do Tribunal infra-constitucional, a unanimidade, em fevereiro de 2008.

Vedação

O Conselho Nacional de Justiça decidiu por maioria de votos que magistrados não podem dirigir cooperativas de crédito da profissão, mesmo que não percebam qualquer remuneração. O ministro Cesar Asfor Rocha foi vencido, entendendo que a função, não remunerada, não gera qualquer incompatibilidade. A AMB está questionando junto ao STF a anulação da decisão. A questão foi suscitada pela rejeição, pelo CNJ, do pedido do juiz gaúcho Pedro Luiz Pozza, que presidia a Cooperativa de Crédito da entidade estadual.

Adotante Licenciado

O advogado baiano Ricardo Sampaio (30), solteiro e que reside sozinho, adotou uma criança de meses, conseguindo, através de decisão judicial, afastamento de sua função laboral no INSS por 90 dias, com base na Lei nº 8,112/90. A decisão da justiça baiana é inédita no País.

Catarina Rüdiger| Carlito Ferreira

Flecheiras - "Florianópolis das 100 praias" - Nereu do Vale Pereira

Tour

A "Active Tour", agência de viagens, venceu a concorrência pública para o fornecimento de passagens nacionais e internacionais para o Tribunal de Justiça do Estado. A diretora da empresa, Luciana Vieira Atherino, pretende prestar atendimento diferenciado para os magistrados e seus familiares no aeroporto Hercílio Luz.

Reveillon

O secretário de Turismo de Florianópolis, Mário Cavallazzi, em duas entrevistas ao JÁ, da RBS-TV, antes do dia 31, afirmou que, na festa do Reveillon na beira mar norte, deveriam comparecer de "600 a 500 mil pessoas ". Os fogos de artifício estavam maravilhosos, visto por cerca de 200 mil pessoas (segundo contagem profissional desapaixonada), que por volta da meia noite e meia, por obra de um tresloucado, provocou o apagão, somente sendo a energia reestabelecida depois das duas horas da madrugada... acabando com a festa, inclusive do secretário.

Jesus, Madona!!

Na sua "tourné "por São Paulo, Madona encontrou o seu Jesus, o da Luz. Encantada com o garotão de 21 anos, manequim profissional, filho de crentes presbiterianos, depois de afagos e beijos em festa, levou-o para a "manjedoura "do seu hotel. Jesus foi encaminhado à "jurisdição" da cantora nos States, subindo para o sucesso!

Contraste

O JÁ-RBS/TV denunciou há alguns dias o caso de um garoto de 7 anos, que aguarda quase o tempo de sua idade para realizar uma cirurgia de adenóide (ele não respira pelo nariz). Depois da denúncia, um médico de um Hospital estadual, procurado pela reportagem, disse que talvez fosse possível a cirurgia no dia 6 de janeiro, por falta de verba na rede pública de saúde. A desculpa esbarra em algumas promoções festivas estaduais, onde são "torrados "alguns milhões de reais...mesmo na crise!

No Natal

No desfile do Natal (dias 20 e 21 de dezembro), os moradores dos edifícios fronteiros ao largo do trapiche (desativado) da beira mar norte, viveram um caos total. Não podiam ter acesso aos prédios ou deles sair. Motoristas e flanelinhas estacionavam nos dois sentidos da rua, inclusive nas travessas de acesso. Não havia um único policial e os guardas municipais escusavam-se de zelar pela ordem, pois "prestavam segurança ao casal Global"que desfilava na carruagem. Sobre fatos como estes o secretário de Turismo não comenta!

Toguinha

➡Este jornal corporativo publica matérias e artigos de operadores do direito, sem qualquer discriminação. Esses artigos assinados (condição da nossa aceitação), publicados mediante liberação da editoria, não refletem os valores da nossa Instituição, sendo as opiniões responsabilidade de cada autor, não refletindo o pensamento da AMC ou da linha editorial de *O Judiciário*, como é de praxe nos grandes jornais nacionais.

➡A nota "Supeição", do jornalista Prisco Paraiso (A Notícia, 15/12), referente ao concurso de preenchimento de vagas nos Cartórios extrajudiciais, sem que o profissional ouvisse o "outro lado", mereceu o repúdio de magistrados e operadores do direito. O desembargador Alcides Aguiar (hoje aposentado) emitiu nota (vide entrevista nesta edição) ao jornalista, sem que as respostas dos pontos fulcrais fossem divulgadas. Assim é fácil criticar!!

➡Depois das denúncias de irregularidades internas, apontando alguns desembargadores e funcionários comissionados do TJES, cerca de 20 destes últimos foram demitidos e os magistrados afastados das funções. No TJPA, também houve denúncias de direcionamento na distribuição de processos, por uma desembargadora integrante da Corte, em apuração no momento.

➡A inauguração das reformas introduzidas na sede Balneária da AMC, além de provocar maior conforto, melhorias e beleza nas dependências, tem suscitado desfiles naturais de elegância do magistrados usuários.... São só comentários!

Anexo do Fórum da capital é inaugurado

Localizado na praça Tancredo Neves, no Centro, o prédio de 6,7 mil m² promete concentrar diversos serviços do Judiário

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Francisco Oliveira Filho, inaugurou no dia 19 de dezembro, às 17 horas, o Anexo do Fórum Central da Comarca da Capital - antigo Palácio Santa Catarin. A ocasião contou com a presença do ministro Jorge Mussi; o prefeito da Capital, Rubens Bita Pereira; desembargadores, autoridades e servidores do Poder Judiciário.

Localizado na Praça Tancredo Neves, o prédio recebeu o nome do desembargador Eduardo Carneiro da Luz (in memorian). Após descerrar a placa com a foto do desembargador, a viúva Loreta Scherer da Luz recebeu das mãos do presidente do Tribunal de Justiça uma réplica da placa de inauguração. "É uma emoção muita grande para mim estar aqui prestando esta homenagem. Eduardo era uma pessoa muito boa e caridosa", contou a viúva, bastante emocionada.

Divulgação TJ/SC

A viúva Loreta Scherer da Luz recebeu réplica da placa na cerimônia

O prédio encontra-se estrategicamente a menos de 100 metros da sede do Judiciário catarinense. Composto de três andares e um ático, que ocupam 6,7 mil metros quadrados, concentrará os serviços do Judiciário - atualmente localizados em outras unidades do centro de Florianópolis - Justiça Militar, Academia Judicial, Juizados Especial Cível, Juizado Criminal e as Varas de Família do Fórum da Capital. "Este lugar que já foi palco de tantas decisões importantes para o Estado, agora continuará sendo palco de grandes sentenças para a população catarinense", afirmou o presidente.

Divulgação TJ/SC

Objetivo final é a implantação de processos totalmente virtuais

A reforma teve início no primeiro semestre de 2007. O Tribunal investiu R$ 5 milhões provenientes do sistema de Conta Única. A estrutura, adquirida em 2005, recebeu novas instalações elétrica e hidráulica e a implantação de sistema de arcondicionado e de cabeamento para computadores. A Tecon Tecnologia em Construção Ltda., vencedora da licitação, foi a empresa responsável pelas obras.

CURSO DE PREPARAÇÃO PARA A MAGISTRATURA

Novas turmas para 2009

MÓDULO I
Florianópolis[1]
Joinville[1]
Blumenau[2]
Canoinhas[2]
Criciúma[2]
São Miguel do Oeste[2]

MÓDULO II
Florianópolis[1]
Blumenau[1]
Criciúma[2]

MÓDULO III
RESIDÊNCIA JUDICIAL
Em várias comarcas do estado de Santa Catarina[1]

[1]Processo seletivo concluído
[2]Inscrições até 12 de fevereiro de 2009| Prova de Ingresso em 14 de fevereiro de 2009

Informações

www.esmesc.org.br

AMC ESMESC

Venha você também fazer parte da nossa história!

Rua dos Bambus, 116 • Itacorubi • Florianópolis|SC • Telefone: (48) 3231.3045 • www.esmesc.org.br